

O CASTELO DE PADERNE – ACÇÕES DE VALORIZAÇÃO

Teresa Beirão

1. Acções de valorização do Castelo de Paderne

O Castelo de Paderne foi classificado *imóvel de interesse público* em 1971. Em 1986 foram realizadas obras de consolidação pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, com a “reconstrução do arco que une a muralha à torre albarã que se encontrava ruído, o enchimento de panos de muralha com alvenaria de taipa para tapamento de lombos e a consolidação e construção de alvenaria hidráulica em elevação nos cunhais.”ⁱ

O Ministério da Cultura adquiriu o castelo de Paderne aos seus anteriores proprietários em 1997 e este passou em 1998 para a jurisdição do IPPAR.

2. O concurso

Em Janeiro de 1999, a Direcção Regional do IPPAR de Faro promoveu o “Concurso limitado sem apresentação de candidaturas de elaboração do projecto de consolidação e recuperação do Castelo de Paderne” e uma das propostas de trabalho de resposta a este convite foi realizada por uma equipe pluridisciplinar, cuja coordenação coube à especialidade de arquitectura.

Os objectivos do concurso eram “a consolidação, restauro e valorização do castelo incluindo muralhas, capela e cisterna, arranjo paisagístico, acessibilidade pedonal e viária, enquadramentos visuais e implementação de equipamentos de apoio ao bem estar dos utentes”. Devia ser “proposto o restauro – restituição da apresentação da Capela”, “arranjos exteriores dentro de muralhas”, “respectivas drenagens”, “valorização da cisterna existente” e “condições que possibilitem a utilização dos espaços com segurança para os visitantes”. Era referido que o IPPAR forneceria a informação das principais condicionantes arqueológicas, tendo desde logo sido entregue o levantamento topográfico do local, o levantamento e análise do estado de conservação das muralhas realizado sob a orientação do Arqº José Alberto Alegria e um artigo da arqueóloga Drª Helena Catarino de 1995 intitulado *O Castelo de Paderne (Albufeira): Resultados da primeira intervenção arqueológica*.

A proposta apresentada a concurso explicitava a filosofia geral de intervenção, cujo principal objectivo era “por um lado evidenciar os vestígios, mesmo os que representam degradação e por outro, prolongar a sua existência.”

Relativamente à preservação das muralhas de taipa, seu restauro e conservação referia-se: “É interessante verificar que os panos de muralha que perderam mais altura, para além de serem os mais expostos aos ventos tempestuosos, são perfurados pontual e ritmadamente por um sistema de drenagem das águas do interior do castelo para o exterior. Grandes lajes de pedra sustentam as paredes de taipa, e sob as lajes um orifício permitia a passagem da água. Existe uma camada de atulhamento que seria importante remover em futuras campanhas arqueológicas. Tais trabalhos contribuiriam para repor o funcionamento da drenagem, tão bem concebida pelos construtores deste monumento, e tão importante para a conservação da muralha.”

Sem o conhecimento sobre o programa de campanhas arqueológicas previsto, desde logo este se considerou indispensável e indissociável do estudo de restauro do sistema amuralhado.

A proposta apresentada foi seleccionada e o contrato previa a realização do projecto em duas fases: estudo prévio e projecto de execução, cada uma com o prazo de execução de sessenta dias.

Face à exiguidade dos prazos era necessária a realização de uma reunião pois considerava-se imprescindível a clarificação de aspectos relacionados com a proposta apresentada e realização de levantamentos topográficos mais detalhados das ruínas da capela.

3. O Estudo Prévio

O contrato foi celebrado em fins de Setembro de 1999 não tendo sido realizada nenhuma reunião prévia, nem fornecidos os levantamentos referidos, e o Estudo Prévio realizou-se durante os meses de Outubro e Novembro de 1999. A sua aprovação foi notificada, “realçando o excelente trabalho apresentado”, mas com algumas considerações a ter em conta no projecto de execução. Estas indicavam alterações à proposta inicial e novos equipamentos não previstos no programa de concurso.

Os estudos realizados tiveram como principal objectivo compreender com o maior detalhe possível o modo como foram construídas as muralhas de taipa do castelo.ⁱⁱ

O domínio dos módulos dimensionais utilizados pelos antigos construtores é indispensável ao estudo da história da arte e da arqueologia. Sabemos que as medidas e a maneira de definir superfícies, os vários modos de determinar as espessuras das alvenarias e até as dimensões dos elementos construtivos variam pouco numa mesma época e região. Por isso, a sua análise pode revelar elementos capazes de situar cronologicamente uma edificação, ou pelo menos, definir a civilização a que pertence.ⁱⁱⁱ

Analisadas as dimensões das muralhas e os vestígios do processo construtivo que continham, concluíram-se aspectos interessantes e bastante importantes para os métodos e processos a adoptar no seu restauro.

A métrica utilizada em medidas de largura e comprimento, dimensões definidoras do desenho da construção traçado no terreno, têm como base o côvado medieval, igual a 66 cm. Este côvado corresponde a 3 palmos (22 cm) e a dois pés (33cm)^{iv}.

A métrica utilizada na altura das cofragens ou taipais, entre 84 a 86 cm poderá corresponder (segundo H. Catarino e A. Bazzana) ao dobro da medida árabe, *côvado ma'muni*, equivalente à *meia vara castelhana* com 41,8 cm.^v

Verificou-se que a largura da muralha corresponde a três côvados – 1,98m. Os orifícios de colocação das agulhas que sustentaram os taipais distam em média um côvado. Claro que existem locais em que esta distância não é exacta porque a colocação das agulhas era distribuída pelo comprimento da cofragem.^{vi}

Pelas várias fissuras verticais existentes nas fiadas de taipa, deduziu-se que o comprimento de cada bloco de taipa era de 4 côvados (2,64m) o que, com uma folga necessária para ambos os lados, de cerca de uma mão travessa (11cm) ou de um palmo (22cm) os taipais teriam entre 2,86m a 3,08m.

De quatro côvados, é também a medida da largura do passadiço, que se adoça e se ajusta perfeitamente à posição de um taipal do troço da muralha nordeste. O

comprimento desta muralha corresponde exactamente a 16 taipais, ou seja 42,24m (no levantamento topográfico à esc. 1/200 esta medida corresponde a 42,20m).

O comprimento da muralha noroeste corresponde exactamente a 22 taipais somados ao topo do taipal da muralha nordeste, ou à espessura da mesma: $22 \times 2,64 + 1,98 = 60,06\text{m}$ (no levantamento topográfico à esc. 1/200 esta medida corresponde a 60,00m).

A torre albarrã tem uma planta quadrangular cujo lado corresponde a 9 côvados, ou seja, a 5,94 metros.

São, portanto, inúmeras as relações de medidas de comprimento e de largura das muralhas com o côvado medieval, facto que não poderá ser ignorado.^{vii}

Outra constatação, pela realização de perfis com o sentido noroeste-sudeste, foi a verificação de inclinações intencionais dos níveis de construção das fiadas de taipa

- Nos panos de muralha orientados a noroeste e a sudeste, os de maior comprimento e que apresentam orifícios de drenagem, o desnivelamento original das fiadas de taipa, de 1,2m a 1,6m, é descendente de nordeste para sudoeste, acompanhando a configuração do terreno.

- No alçado noroeste, os cinco orifícios foram todos executados na mesma fiada de taipa, concluindo-se que o nível do pavimento no interior do recinto era semelhante aos níveis de construção das fiadas de taipa e, conseqüentemente, à própria muralha.

- No alçado sudeste, os cinco orifícios foram colocados em fiadas de taipa sucessivas, o que demonstra que a inclinação do terreno no interior era maior do que o nível de construção das fiadas de taipa. O orifício de drenagem com cota mais baixa, no extremo da muralha sudeste, próximo da cisterna, corresponde à zona no interior do castelo com maiores níveis de aterro.^{viii}

Estas constatações confirmaram que os levantamentos fornecidos pelo IPPAR, tinham sido realizados com o pressuposto de que as fiadas de taipa seriam horizontais e perfeitamente niveladas, o que não correspondia à realidade.

Apresentou-se no desenho nº6 - Planta dos Trabalhos Preliminares, os locais que deveriam ser desaterrados. Em certos locais havia a necessidade de desaterrar abaixo do nível considerado seguro, sem a intervenção da arqueologia que era necessária junto à capela, do lado norte e poente e nos locais por onde se ia solucionar a drenagem das águas pluviais, junto à muralha noroeste e sudeste.

Estes aspectos foram sempre criteriosamente assinalados e referidos, pois os estudos iam prosseguindo e as campanhas arqueológicas não se iniciavam.

Relativamente à capela, também se fizeram notar as diferenças de nível do terreno exterior, bem mais elevado, relativamente ao interior da nave. Tal facto provocaria a infiltração da água para o seu interior e por capilaridade para as paredes de alvenaria de pedra com argamassa de cal.

A proposta de valorização da capela previa a manutenção da sua imagem de ruína, mas com uma cobertura metálica forrada a cobre oxidado, que garantia o travamento das paredes de alvenaria de pedra com "gatos". O tecto era móvel, permitindo a sua abertura em noites amenas e estreladas, proporcionando ambiências diferenciadas, consoante os eventos culturais que pudessem ter lugar naquele espaço. Tal solução, invocadas razões de manutenção e de pouca estancuidade do

espaço, foi considerada inviável. Além do pedido de alteração desta solução, foi também solicitado o estudo de uma guarda de ferro para protecção dos visitantes relativamente ao buraco que se abria ao nível do solo para a cisterna (parcialmente atulhada e cuja configuração e dimensão interior não se conhecia), os projectos de uma guardaria/bilheteira no recinto do castelo e instalações sanitárias de apoio aos visitantes, junto à zona de estacionamento.

Após a entrega das alterações solicitadas, o IPPAR promoveu, a pedido da equipe, uma reunião com a presença da arqueóloga, Dr^a Helena Catarino e outros técnicos dos serviços de Lisboa. Nessa reunião ficou finalmente decidido realizar levantamentos fotogramétricos de todas as muralhas e das ruínas da capela. Estes elementos também tinham sido considerados indispensáveis por técnicos do IPPAR de Lisboa, antes da realização de quaisquer restauros.

As soluções propostas teriam novamente que ser revistas, pois não foi aceite o projecto de um edifício exterior ao castelo, e próximo da área de estacionamento, que albergasse uma sala de exposições, os equipamentos de apoio aos visitantes e a guardaria/bilheteira.

O IPPAR solicitou o projecto da guardaria-bilheteira no interior do recinto. Respeitando as orientações dadas, o referido projecto e demais alterações foram realizadas nos dois meses seguintes.

A bilheteira projectada foi concebida como uma estrutura em forma de cubo, simplesmente pousada num local com afloramentos rochosos que não interferiria com futuras campanhas arqueológicas. A sua localização não foi aceite pelo IPPAR que pretendia colocá-la junto à entrada.

4. Projecto de Execução

O levantamento fotogramétrico e análises de argamassas e alvenarias de taipa realizadas pelo LNEC ficaram concluídos passados onze meses, ou seja no fim de Junho de 2001.

Com base nos novos levantamentos, muito trabalho realizado na fase de Estudo Prévio teve que ser refeito, tanto no que respeitava às muralhas, como relativamente à capela.

Só foi possível retomar os estudos no início de Setembro, tendo o IPPAR sido informado desse facto. O projecto de execução encontrava-se praticamente concluído no fim de Novembro, ou seja passados três meses, mas era necessário acertar aspectos relativos à definição da obra para especificação do caderno de encargos e aos projectos de infraestruturas, nomeadamente electrificação que nunca tinha sido objecto de qualquer definição.

A Direcção Regional de Faro não proporcionou qualquer reunião e respondeu com uma carta a exigir a entrega do projecto até ao dia 12 de Dezembro, sob pena de rescindir contrato. Naquela data foi enviada uma colecção do projecto de arquitectura, do estudo das argamassas e alvenarias de taipa, projecto dos espaços exteriores e projecto de estruturas. Não foram entregues os projectos de drenagem e de electrificação por parte da engenharia e o caderno de encargos. No entanto, constavam do projecto de arquitectura pormenores da drenagem da torre e passadiço, dos drenos ao longo das muralhas e dos pontos de escoamento para o exterior do recinto.

A coordenação foi da responsabilidade de dois arquitectos, Teresa Beirão e Alexandre Bastos, e dois arquitectos colaboradores, Miguel Mendes durante o Estudo Prévio e Madalena Carmona durante o projecto de execução.

O estudo das argamassas de revestimento da capela e da taipa e as respectivas propostas de intervenção foram elaborados por uma engenheira civil, mestre em recuperação do património arquitectónico, Maria Goreti Margalha.

O projecto de arquitectura paisagista foi realizado pelo atelier Orla e coordenado pelo arquitecto paisagista Nuno Cruz de Carvalho.

Os projectos de estruturas foram realizados pela empresa Cenor e coordenados pelos engenheiros civis José Manuel Silva Graça e José Aarão Gomes Ferreira

O projecto de arquitectura era composto por trinta e cinco peças desenhadas e memória descritiva com todas as medições de trabalhos relativos ao restauro das muralhas, e à recuperação da capela.

Pelo exaustivo e detalhado trabalho apresentado, esperava-se um entendimento por parte daqueles serviços para a conclusão dos estudos. Mas tal não aconteceu. Depois de várias tentativas telefónicas e por escrito, por parte da coordenação da equipe para dar seguimento ao processo, a Direcção Regional do IPPAR de Faro, passado o tempo previsto no contrato após a entrega do Projecto de Execução incompleto, rescindiu o contrato no início de Março. Depois de uma última tentativa de entendimento, através de cartas endereçadas ao Ex.mo Sr. Presidente do IPPAR e ao Ex.mo Sr. Ministro da Cultura, a rescisão do contrato foi reiterada a meados de Maio. A coordenação da equipe solicitou a devolução do projecto de execução, sem o pagamento dos honorários correspondentes àquela fase, pois embora houvesse a consciência de um trabalho realizado com rigor e empenho, já não ia ser possível uma franca colaboração e concretização do projecto em obra.

5. Campanhas Arqueológicas

As campanhas arqueológicas iniciaram-se em 2002, estando ainda a decorrer.

Muitas das deduções apresentadas ainda em Estudo Prévio, relativas ao sistema de drenagem do castelo e aos níveis arqueológicos da sua ocupação foram confirmadas.

Mas outras surpresas foram trazidas à luz do dia, precisamente junto à ermida, na zona indicada, já na fase de estudo prévio, a ser desaterrada: uma segunda cisterna, em perfeito estado de conservação.

6. Restauro das Muralhas

Surpreendentemente, quando as obras de restauro das muralhas foram postas a concurso, uma das empresas concorrentes procurou junto da equipe de arquitectura colaboração para a apresentação da respectiva proposta.

O caderno de encargos que constava do concurso de obra era quase literalmente baseado nos estudos e projectos da fase de execução realizados no âmbito do concurso de *Elaboração do Projecto de Consolidação e Recuperação do Castelo de Paderne*.

A electrificação da muralha noroeste e da torre albarrã, no interior e no exterior do recinto, já está instalada. As escavações arqueológicas, em franco avanço, têm revelado aspectos muito enriquecedores para o estudo da história do Castelo de

Paderne e as muralhas sudoeste e sudeste estão a ser restauradas, mas desconhece-se o projecto completo de valorização do conjunto tal como foi desenvolvido no âmbito do concurso.

ⁱ www.monumentos.pt, Inventário do Patrimônio Arquitectónico, Castelo de Paderne

ⁱⁱ Teresa BEIRÃO, Alexandre BASTOS, 1999, Memória Descritiva do Estudo Prévio do Projecto de Consolidação e Recuperação do Castelo de Paderne

ⁱⁱⁱ CUNHA, Rui Maneira, 2003, *As medidas na arquitectura , séculos XIII – XVIII, o estudo de Monsaraz*, Casal de Cambra, Ed. Caleidoscópio,p. 21

^{iv}idem, p. 49

^videm, op. cit. p. 43 A este côvado *geométrico* ou *comum*, apelida Ibn Luyun, de Almería, côvado *ma'muni*, contrariamente a Ibn al-Yayyab que precisa que este côvado *ma'muni* ou *al-dira al sawda* (côvado negro) de 0,47m, que teve origem no século IX, pelo califa de Bagdad al Ma'mun, a partir da medida do antebraço de um escravo negro.

^{vi} Teresa BEIRÃO, Alexandre BASTOS, 1999, Memória Descritiva do Estudo Prévio do Projecto de Consolidação e Recuperação do Castelo de Paderne

^{vii} idem,ibidem

^{viii} idem,ibidem